



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS 2/2022

CAMILLA RIBEIRO DI IULIO, Cap Int

Uso de repositório digital pela SDPP como ferramenta de gerenciamento do conhecimento no âmbito do SISPAGAER

Rio de Janeiro

2022

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS DA AERONÁUTICA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS 2/2022

CAMILLA RIBEIRO DI IULIO, Cap Int

Uso de repositório digital pela SDPP como ferramenta de gerenciamento do conhecimento no âmbito do SISPAGAER

Trabalho de conclusão de curso apresentado no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica como requisito parcial para aprovação no Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Liderança com Ênfase em Gestão no COMAER.

Linha de Pesquisa: Gestão Institucional

Orientador: Prof. Dr. André da Costa Gonçalves

Rio de Janeiro

2022

CAMILLA RIBEIRO DI IULIO, Cap Int

Uso de repositório digital pela SDPP como ferramenta de gerenciamento do conhecimento no âmbito do SISPAGAER

Trabalho de conclusão de curso apresentado no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica.

Aprovado por:

Prof. Dr. **André da Costa Gonçalves**
EAOAR

Eduardo Mendes **Marcondes**, Maj Av
EAOAR

Rio de Janeiro

2022

RESUMO

A Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP), como Órgão de Coordenação do Sistema do Pagamento de Pessoal da Aeronáutica (SISPAGAER), tem a função de centralizar e normatizar as atividades de pagamento de pessoal do Comando da Aeronáutica (COMAER). Para isso, compete à SDPP a confecção de manuais e orientações com o objetivo de padronizar os procedimentos que deverão ser executados pelas Unidades Apoiadoras de Pagamento de Pessoal (UPAG). Nesse contexto, este ensaio defende a implantação de um repositório digital na SDPP, contendo as informações relativas ao pagamento de pessoal, para otimizar a atuação dessa Subdiretoria como Órgão de Coordenação do SISPAGAER. Para tanto, evidencia que a alta rotatividade de pessoal torna imperiosa a busca por uma ferramenta que faculte a eficiente preservação e transmissão do conhecimento. Além disso, expõe que a complexidade e constante atualização dos procedimentos e das legislações de pagamento de pessoal requerem o desenvolvimento de uma ferramenta de busca adequada, capaz de extrair, por completo, as informações existentes sobre determinado assunto. Assim, conclui-se que a adoção de um repositório digital na SDPP, por apresentar características que possibilitam a preservação do conhecimento organizacional e a utilização de ferramenta de busca, colabora para o fortalecimento do SISPAGAER, permitindo processos mais confiáveis e mitigando danos ao erário e ao efetivo. Além disso, uma vez desenvolvida a estrutura do repositório digital, o modelo poderá ser replicado para outras áreas administrativas, como licitações, contribuindo, também, para o aperfeiçoamento dos processos de compra do COMAER.

Palavras-chave: Pagamento de Pessoal. Repositório Digital. Conhecimento. SDPP. SISPAGAER.

1 INTRODUÇÃO

Todos os anos, as Forças Armadas recebem um orçamento, aprovado pelo Congresso Nacional, que delimita o valor que poderá ser gasto com as despesas de cada Órgão. Em 2022, o orçamento inicial do Comando da Aeronáutica (COMAER) foi de, aproximadamente, 25 bilhões de reais, dos quais 20 bilhões de reais, cerca de 80%, foram destinados ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2022b).

Para gerir tamanho recurso, foi instituído o Sistema do Pagamento de Pessoal da Aeronáutica (SISPAGAER), cujo Órgão de Coordenação é a Subdiretoria de Pagamento de Pessoal (SDPP) e os seus Elos ou Órgãos Executivos são as Unidades Apoiadoras de Pagamento de Pessoal (UPAG). A SDPP centraliza o controle do pagamento de pessoal e a execução ocorre de forma descentralizada, por meio de 29 UPAG. Assim, compete à SDPP disciplinar a atividade-meio com a emissão de orientações técnicas, manuais e demais ferramentas de gestão, com o intuito de que os procedimentos ocorram de forma padronizada e de acordo com os normativos vigentes (BRASIL, 2014).

Nesse cenário, a disponibilização dos documentos confeccionados pela SDPP deve ser eficiente para que os gestores consigam realizar os procedimentos de forma correta e dentro do prazo previsto. Entretanto, atualmente, as informações encontram-se descentralizadas, possibilitando a ocorrência de pagamentos indevidos, atrasos e a incidência de multas, situações que geram danos ao erário e ao efetivo. Assim, este ensaio defende a implantação de um repositório digital na SDPP, contendo informações relativas ao pagamento de pessoal, para otimizar a atuação dessa Subdiretoria como Órgão de Coordenação do SISPAGAER.

Como embasamento para a tese, argumenta-se que a alta rotatividade de pessoal torna imperiosa a busca por uma ferramenta que faculte a eficiente preservação e transmissão de conhecimento entre as pessoas, de forma a mitigar erros de procedimento. Em seguida, será abordado que a complexidade e a constante atualização dos procedimentos e das legislações de pagamento de pessoal requerem o desenvolvimento de uma ferramenta de busca adequada, capaz de extrair, por completo, as informações existentes sobre determinado assunto, de modo rápido e preciso, com o objetivo de apoiar a tomada de decisão do gestor e de possibilitar o cumprimento dos prazos estabelecidos.

2 Óbices do gerenciamento do conhecimento no SISPAGAER

No decorrer deste ensaio será demonstrada a forma pela qual a implantação de um repositório digital na SDPP, contendo informações relativas ao pagamento de pessoal, pode contribuir para a mitigação dos óbices do gerenciamento do conhecimento no SISPAGAER, que são gerados pela alta rotatividade de pessoal e pela complexidade e constante atualização dos procedimentos e das legislações de pagamento de pessoal. Para tanto, será utilizada a definição de repositório digital de Viana, Márdero Arellano e Shintaku (2005, p. 3): “[...] uma forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado”.

2.1 Alta rotatividade de pessoal

O efetivo ativo da Força Aérea Brasileira (FAB) é composto de militares e de civis, sendo que os últimos representam apenas 6% da força de trabalho (CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, 2022a). A movimentação de civis no COMAER não é comum, mas a rotatividade de pessoal militar é constante e motivada, principalmente, por dois fatores: o aumento do efetivo de temporários e o rodízio funcional.

As Forças Armadas, atualmente, estão reduzindo o efetivo de militares de carreira e promovendo a sua substituição por militares temporários (BRASIL, 2019b). A simples troca de militares de carreira por temporários já pressupõe um aumento da rotatividade de pessoal, considerando que os primeiros permanecem na FAB por, no mínimo, trinta anos, enquanto os demais, por, no máximo, oito anos (BRASIL, 2019a). Parte do pessoal temporário é alocada no SISPAGAER e a flutuação desse efetivo afeta a retenção de conhecimento de pagamento de pessoal no sistema.

Com relação ao rodízio funcional, a Norma de Sistema do Comando da Aeronáutica (NSCA) 30-6/2022 prevê que os oficiais intendentess e demais oficiais dos quadros de carreira, relacionados à gestão financeira, deverão ser incluídos no Plano de Movimentação ao completarem quatro anos em uma mesma Unidade (BRASIL, 2022). Ademais, o Manual Eletrônico do Regulamento de Administração da Aeronáutica sugere a realização de rodízio funcional dos gestores sempre que possível ou a cada período determinado (BRASIL, 2021). Em complemento a isso, a

SDPP estabelece, ainda, que deverá ocorrer o rodízio funcional não apenas dos gestores, mas de todos os executantes que atuam no processamento da folha de pagamento, incluindo as funções internas de um mesmo setor (BRASIL, 2014).

Dessa forma, os oficiais e os graduados da ativa que trabalham na área de pagamento de pessoal, tanto das 29 UPAG quanto da própria SDPP, são submetidos a rodízios periódicos de função, que ocorrem em uma frequência média de dois anos. Além disso, também estão suscetíveis à movimentação para outras Unidades. Conforme Da Costa, Batinga e Dos Santos (2014, p. 65-66), essa alta rotatividade dificulta a consolidação de uma memória organizacional e prejudica o aprendizado, pois o conhecimento produzido acaba não sendo retido e disseminado dentro da organização. Desse modo, a constante mudança de pessoal no SISPAGAER gera um ambiente propício à ocorrência de erros ou de procedimentos não padronizados.

Uma das formas de minimizar o impacto trazido pela rotatividade é a aplicação de políticas de Gestão do Conhecimento na instituição, aliada à adoção sistemática de ferramentas de Tecnologia da Informação que contribuam para essa finalidade (DA COSTA, BATINGA e DOS SANTOS, 2014, p. 67). Assim, considerando a importância do conhecimento para as atividades de pagamento de pessoal, faz-se necessário compreendê-lo mais profundamente.

O conhecimento é dividido em dois componentes: o tácito e o explícito. O conhecimento tácito é aquele inerente à pessoa, ou seja, são as habilidades e as experiências que essa possui, sendo mais difícil de ser formalizado por estar no campo cognitivo. Já o conhecimento explícito é aquele que pode ser facilmente registrado e compartilhado na forma de dados, possibilitando que seja armazenado em banco de dados (NONAKA e TAKEUCHI, 2008, p. 19). No SISPAGAER, o conhecimento tácito representa o *know-how* dos executantes, isto é, a experiência prática e individual acumulada com o tempo de atuação na atividade. Já o conhecimento explícito corresponde aos regulamentos e manuais existentes.

Apesar da aparente distinção, há uma interação contínua e dinâmica entre o conhecimento tácito e o explícito, o que contribui para a criação do conhecimento organizacional. Sendo assim, é possível haver a conversão de um tipo de conhecimento para o outro (NONAKA e TAKEUCHI, 2008, p. 59). Nesse contexto, a SDPP tem apresentado iniciativas para captar o conhecimento tácito dos agentes, por meio da realização de simpósios digitais e da criação de vídeos e áudios, nos quais são expostos os pormenores não detalhados nos normativos. Entretanto, a

captação é apenas o primeiro passo. Tendo em vista a possibilidade de dispersão desse conteúdo, é essencial que haja um ambiente apropriado para gerenciá-lo.

Nesse sentido, o repositório digital é uma excelente opção. Leite e Costa (2006, p. 214-215) apontam a eficiência da utilização de repositórios digitais para conversão do conhecimento tácito em explícito, pois possibilita o armazenamento em múltiplos formatos, correlacionando as publicações formais (legislações e manuais) com os registros informais (mídias digitais, vídeos e áudios). Ainda segundo os autores, uma parte do conhecimento tácito pode ser registrada e depositada no repositório, permitindo que haja um processamento, armazenamento e recuperação. Por sua vez, o conhecimento explícito armazenado, ao ser buscado e assimilado pelos indivíduos, pode ser convertido em conhecimento tácito.

Em síntese, a adoção de um repositório digital pela SDPP é capaz de agilizar e intensificar a troca de conhecimento tácito e explícito, contribuindo para que haja a preservação do conhecimento organizacional de pagamento de pessoal. Por meio do repositório digital, as informações poderão ser disseminadas para as UPAG, permitindo que os procedimentos sejam realizados com maior grau de correção e uniformidade, diminuindo a ocorrência de pagamentos indevidos. Dessa forma, a utilização de repositório digital permite uma transmissão eficiente do conhecimento, minimizando os óbices gerados pela alta rotatividade de pessoal no SISPAGAER.

2.2 Complexidade e constante atualização dos procedimentos e das legislações de pagamento de pessoal

As legislações que tratam sobre pagamento de pessoal são variadas, extensas e complexas. São leis, portarias e decretos constantemente criados ou modificados, causando impactos diretos ou indiretos nos cálculos e nos procedimentos realizados nas Tesourarias. Diante disso, a SDPP realiza um trabalho de catalogação desses normativos por meio de um sistema intitulado Conlegis. A Subdiretoria também atualiza, continuamente, o Manual de Pagamento de Pessoal do Comando da Aeronáutica (MCA 177-2), que contém vinte e seis módulos com orientações práticas sobre os procedimentos a serem realizados para o pagamento de pessoal militar e civil. Esse manual e o Conlegis foram disponibilizados para consulta dos gestores na página intraer da SDPP (BRASIL, 2014). Além disso, o conteúdo em áudio e vídeo produzido pela Subdiretoria, por falta de local

apropriado, é divulgado no aplicativo *Telegram*. Também há a emissão de orientações por mensagens no aplicativo *WhatsApp* ou formalizadas por ofícios.

Desse modo, a utilização de diversos canais de comunicação descentralizados, não interligados e sem o emprego de ferramenta de busca apropriada adiciona ainda mais complexidade às atividades de pagamento de pessoal. Além do dispêndio demasiado de tempo para a localização do assunto, há, também, o risco da obtenção de informações fragmentadas ou desatualizadas, pois a consulta do tema pode ocorrer apenas em um canal, sem considerar algum conteúdo importante exposto em outro.

Essas deficiências podem ser reduzidas com a adoção de um repositório digital, o qual permite o armazenamento dos diversos tipos e formatos de conteúdo, tais como: relatórios técnicos, textos, palestras, slides, arquivos multimídia, entre outros, em um único local (LEITE e COSTA, 2006, p. 214). Nesse cenário, a adoção de um repositório digital seria capaz de facilitar o acesso às informações e ao conhecimento produzido, provendo o suporte adequado para divulgação dos documentos (SOUZA e AGANETTE, 2018, p. 5136).

Conforme apresentado, o repositório digital tem as melhores condições para centralizar os diferentes materiais produzidos pela SDPP. Além disso, os repositórios suportam sistemas de consulta simples e avançada:

Uma pesquisa simples possibilita, por exemplo, que se escolha um tema ou disciplina e o sistema retorna todos os objetos de aprendizagens relacionados, permitindo-se assim que se navegue nos materiais disponíveis. Uma pesquisa avançada permite que usuários possam especificar palavras-chave ou pedaços do conteúdo, bem como realizar combinações lógicas entre vários critérios de pesquisa (SILVA, 2009, p. 59).

Dessa forma, os agentes responsáveis pelo pagamento de pessoal poderiam configurar diferentes estruturas de pesquisa para obter a informação mais adequada para o procedimento específico que teriam que realizar, economizando tempo e contribuindo para a relevância dos resultados obtidos e para a minimização dos erros. De acordo com Beuren e Martins (2001, p. 8), o processo de tomada de decisão requer rapidez no processamento de dados, bem como, disponibilidade e acesso às informações para que facilite a leitura do contexto. Isso posto, a decisão poderá ser mais bem fundamentada e, com isso, ter maior probabilidade de acerto.

Assim, ao organizar o conteúdo de pagamento de pessoal sob a forma de repositório digital, a SDPP proporcionará aos gestores mais rapidez, confiança, assertividade e embasamento para a tomada de decisão, reduzindo os atrasos no

pagamento e as multas, que afetam o efetivo e o erário. Portanto, a implantação de um repositório digital na SDPP é uma alternativa eficiente para minimizar a dificuldade e os efeitos gerados pela complexidade e constante atualização dos procedimentos e legislações de pagamento de pessoal no SISPAGAER.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto neste ensaio, a despesa com pagamento de pessoal corresponde a uma parcela expressiva do orçamento da FAB e cabe à SDPP normatizar e padronizar os procedimentos que serão realizados pelas UPAG. Assim, a disponibilização das orientações emitidas precisa ser eficiente para que as atividades sejam realizadas de forma correta e dentro dos prazos previstos.

Inicialmente, foi esclarecido que a alta rotatividade de pessoal dificulta a preservação e a transmissão de conhecimento. Nesse contexto, a literatura demonstrou que os repositórios digitais auxiliam na transferência de conhecimento tácito para explícito, e vice-versa, sendo uma ótima ferramenta para a preservação do conhecimento organizacional. Em seguida, verificou-se que a complexidade e constante atualização dos procedimentos e das legislações de pagamento de pessoal dificultam a tomada de decisão dos gestores por demandarem muito tempo para a localização do assunto e possibilitarem o retorno de informações fragmentadas. Dessa forma, esses impactos seriam reduzidos com a centralização dos conteúdos em um banco de dados único e com a utilização de uma ferramenta adequada de pesquisa, características presentes nos repositórios digitais.

Com base no exposto, evidenciou-se que a implantação de um repositório digital na SDPP otimiza a atuação dessa Subdiretoria como Órgão de Coordenação do SISPAGAER, por permitir que todas as UPAG tenham acesso aos conhecimentos produzidos de forma eficiente e com a rapidez necessária para que possam realizar os procedimentos que lhes competem. Além disso, constatou-se que a adoção de um repositório digital na SDPP colabora para o fortalecimento do SISPAGAER, proporcionando processos mais confiáveis e mitigando a possibilidade de danos ao erário e ao efetivo. Ademais, uma vez desenvolvida a estrutura do repositório digital, o modelo poderá ser replicado para outras áreas administrativas, como licitações, contribuindo, também, para o aperfeiçoamento dos processos de compra do COMAER.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Portaria COMGEP nº 231/1SC2, de 31 de março de 2022. Aprova a reedição da NSCA 30-6 Norma de Sistema que dispõe sobre “Elaboração de Proposta de Plano de Movimentação” no âmbito do COMAER. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 067, f. 4873, 08 abr. 2022.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Gabinete do Comandante da Aeronáutica. Portaria GABAER nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021. Aprova a edição do Regulamento de Administração da Aeronáutica na forma eletrônica (RADA-e). **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 017, f. 1084, 26 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2019a.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1.645, de 20 de março de 2019. Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares; a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar; a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, que dispõe sobre as promoções dos oficiais da ativa das Forças Armadas; e a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, que dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 2019b.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Subdiretoria de Pagamento de Pessoal. Portaria SDPP nº 16/PPCI, de 09 de setembro de 2014. Aprova a edição do MCA 177-2 (Digital), que versa sobre as instruções relativas ao Sistema de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica, e dá outras providências. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Rio de Janeiro, n. 172, f. 7767, 11 set. 2014.

BEUREN, I. M.; MARTINS, L. W. Sistemas de informações executivas: suas características e reflexões sobre sua aplicação no processo de gestão. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 15, n. 26, maio-ago, p. 6-24, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/fh3HgpzMY8QYQd9xL7TGNkp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jun. 2022.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. Detalhamento dos Servidores Públicos por Órgão. Brasília: CGU, 2022a. Disponível em: <https://www.portaldatransparencia.gov.br/servidores/orgao?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&palavraChave=comando+da+aeronautica&tipo=2%2C1&colunasSelecionadas=linkDeta>

lhamento%2CorgaoSuperiorLotacaoSIAPE%2CorgaoLotacaoSIAPE%2Cquantidade Ativos%2CquantidadeInativos%2CquantidadePensionistas&ordenarPor=orgaoSuperiorLotacaoSIAPE&direcao=asc. Acesso em: 24 jun. 2022.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Portal da Transparência**. Orçamento da Despesa Pública. Brasília: CGU, 2022b. Disponível em: <https://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento/despesas?paginacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&palavraChave=comando+da+aeronautica&de=2022&ate=2022&colunasSelecionadas=ano%2CorgaoSuperior%2CorgaoVinculado%2Cfuncao%2CsubFuncao%2Cprograma%2Cacao%2CcategoriaEconomica%2CgrupoDespesa%2CelementoDespesa%2CorcamentoInicial%2CorcamentoAtualizado%2CorcamentoRealizado%2CvalorEmpenhado%2CpercentualRealizado>. Acesso em: 24 jun. 2022.

DA COSTA, C. E. S.; BATINGA, D. M.; DOS SANTOS, L. L. P. Impacto da rotatividade de pessoal no desempenho dos processos e na gestão do conhecimento em uma instituição federal de ensino superior. *In: 1º FÓRUM REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO*, 2014, Paulo Afonso, **Anais [...]**, Paulo Afonso: Fasete, 2014, p. 58-69. Disponível em: https://www.unirios.edu.br/eventos/forumadm/anais/arquivos/2014/impacto_da_rotatividade_de_pessoal_no_desempenho_dos_processos_e_na_gestao_do_conhecimento.pdf. Acesso em: 19 jul. 2022.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 206-219, ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/xHsy3pkHDq3w6Sm3PLvPRVL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

NONAKA, I; TAKEUCHI, H. **Gestão do conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

SILVA, P. H. A. **Repositórios de recursos educacionais digitais reutilizáveis: um estudo para a universidade aberta do Brasil**. 2009. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/handle/1/178>. Acesso em: 24 jun. 2022.

SOUZA, L. G. S.; AGANETTE, E. C. Gestão do conhecimento em repositórios digitais: perfil das instituições brasileiras. *In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, v.19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2018, p. 5128-5143. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/39750/2/2018_Gest%c3%a3o%20do%20conhecimento%20em%20reposit%c3%b3rios%20digitais.pdf. Acesso em: 19 jun. 2022.

VIANA, C. L. M.; MÁRDERO ARELLANO, M. Á.; SHINTAKU, M. Repositórios institucionais em ciência e tecnologia: uma experiência de customização do DSpace. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS*, v.3., 2005. São Paulo. **Proceedings [...]** São Paulo: IBICT, 2005, p. 1-27. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/28805314_Repositorios_institucionais_em_Ciencia_e_Tecnologia_uma_experiencia_de_customizacao_do_DSpace. Acesso em: 16 jun. 2022.